

# A localização espacial simbólica da pessoa com deficiência física numa perspectiva bourdiesiana

*THE SYMBOLIC SPATIAL LOCATION OF THE PERSON WITH PHYSICAL DISABILITY IN A BOURDIESIAN PERSPECTIVE*

**RESUMO:** A importância de se compreender o espaço geográfico enquanto categoria produzida através das relações dos homens entre si e com o meio onde vivem, centra-se no fato de que através de suas diferentes formas o homem vive suas experiências e procura garantir sua existência. Por isso, este ensaio através de uma postura metodológica da fenomenologia, com traços de criticidade, e com análises de elementos e experiências sociais tem por objetivo localizar o contexto histórico social da pessoa com deficiência física na categoria de espaço geográfico a partir da teoria do “Efeito de lugar” de Pierre Bourdieu destacando os conceitos de Espaço físico e Espaço social.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência. Lugar. Espaço físico. Espaço social. Espaço simbólico.

**ABSTRACT:** *The importance of understanding the geographic space as a category produced through the relationships among humans and with the environment where they live focuses on the fact that through its different forms the man lives his experiences and tries to guarantee his survival. Therefore, this thesis through a methodological approach of phenomenology, with traces of criticality and with analysis of elements and social experiences aims to locate the social historical context of person with physical disability in the geographical space category from the theory “Place Effect” by Pierre Bourdieu highlighting the concepts of Physical Space and Social Space.*

**Keywords:** *Disabled Person. Place. Physical Space. Social Space. Symbolic Space.*

## INTRODUÇÃO

Várias são as ciências, como a Sociologia, Antropologia, Geografia, que vêm tentando compreender como as relações so-



geralt (pixabay.com)

Cátia Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>  
Evelline Michelle Vieira Costa<sup>2</sup>  
Ronan Borges Eustáquio<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: tatatresmarias@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: evelline.michelle@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: ronanborgesbr@gmail.com



Recebido: 04.03.2019 | Aprovado: 06.08.2019

ciais se dão e como estas interferem na convivência diária, e como a ocupação dos espaços pode ser considerada um critério de inclusão ou exclusão social. E de outro lado, como essa conduta pode gerar mecanismos de produção e reprodução de desigualdades sociais que interferem diretamente na sociabilidade e interação entre os grupos e classes sociais.

A pessoa com deficiência física sempre viveu no território da ambivalência, causador de conflitos de sentimentos e atitudes, sendo tratado de diferentes maneiras de acordo com as mais diversas culturas e concepções sociais, tornando-se muitas vezes paradoxal. De acordo com a história parece nunca terem ocupado um espaço social de fato restando-lhe somente o espaço físico.

Os autores buscam mostrar a problemática existente entre esses dois conceitos, Espaço físico e Espaço social, ressaltando a importância de se ter um lugar de fato na sociedade. Sendo assim, através de uma revisão bibliográfica o presente ensaio tem por objetivo conhecer os vários conceitos de espaços e localizar a pessoa com deficiência física nessa categoria geográfica usando para tanto a linha de Pierre Bourdieu.

## **“INVÁLIDOS” ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE UMA NOMENCLATURA**

Para se compreender o conceito de deficiência e as implicações que permeiam este tema faz-se importante conhecer a maneira como as pessoas com deficiências físicas foram tratadas no decurso da história da humanidade e o quanto essas raízes ainda se refletem na concepção atual de pensar sobre essa população.

Num primeiro instante, não se trata de um conceito abstrato já que este se encontra sob a ótica de como essas pessoas eram incluídas ou excluídas da sociedade e também na perspectiva de como a deficiência era compreendida, buscando-se suas causas (biológicas, físicas, morais e até metafísicas) que influenciaram para a aceitação social ou não da pessoa com deficiência.

No contexto histórico, por séculos, a pessoa com deficiência física, através dos romances, nome de Instituições e outros meios de comunicação eram referenciados com o termo “Os inválidos”, aqueles considerados sem valor, totalmente inúteis para a família e a sociedade, uma vez que não poderiam contribuir para com sua própria existência (SILVA, 1987).

No início do século XX, com o retorno dos soldados dos campos de batalhas, no final da I e II Guerras mundiais, muitos soldados foram considerados “Incapazes” e precisavam ser reabilitados. Assim, o termo ganhou de início, um significado “indivíduos sem capacidade” de fazer alguma coisa por conta da sua deficiência. Mas, com o tempo, levou-se em consideração a capacidade residual, o que foi um avanço em termos sociais, visto que se reconhecia que a pessoa com deficiência física poderia ter a algum tipo de capacidade mesmo que reduzida. Porém, uma vez considerado “Incapaz”, qualquer que fosse a deficiência, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os níveis: físico, psicológico, social e outros (SASSAKI, 2003).

De acordo com Sasaki (2003), no final da década de 1950 até os anos 1980 foram utilizados três termos que enfatizavam a deficiência em si tentando não reforçar o que as pessoas não conseguiam fazer. Assim, os indivíduos com deformidade física foram denominados “Defeitu-

osos”, e, para auxiliá-las, foi fundada AACD (Associação de Assistência à Criança Defeituosa), que hoje é denominada de Associação de Assistência à Criança Deficiente. O que possibilitou o surgimento do segundo termo, “Os Deficientes”, que tinha por significado “indivíduos com deficiência física, intelectual, visual ou múltipla que executavam atividades diárias de modo diferente daqueles que não apresentavam deficiência”. E as pessoas com deficiência mental foram denominadas “Os Excepcionais”, surgindo, nesse momento, às primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE). Por conta das pessoas com altas habilidades intelectuais, o termo foi contestado já que não se aplicava somente as pessoas com deficiência intelectual, mas também àqueles que se encontravam ao extremo da curva da inteligência humana.

Em meados da década de 1980, as Organizações de pessoas com deficiência começaram a questionar o termo “Pessoa deficiente” alegando que este induziria a pensar que a pessoa inteira era deficiente. Com isso, foi agregado ao termo o “portador”, ficando “Pessoas Portadoras de Deficiência”, que logo foi reduzido para “Portadores de Deficiência”, assim, a deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado e utilizado de maneira ampla e oficial em várias instâncias (Federal, Estadual, Municipal, Conselhos e outros) e também no campo das políticas pertinentes (SASSAKI, 2003).

As mudanças seguiram acontecendo e, em 1990, surgiu o termo “Necessidades especiais” que foi criado para substituir “deficiência”, o que possibilitou a mudança da nomenclatura para “Portadores de Necessidades Especiais”, que logo foi questionado diante da aprovação do art. 5 da Resolução (CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001), que explicava que necessidades especiais decorrem de três situações, sendo uma delas vinculadas as dificuldades da deficiência e outras às causas não orgânicas. O que, em princípio, representava apenas um novo termo, com a Resolução nº 2 (que salienta que todas as pessoas, independente de serem ou não deficientes apresentam algum tipo de necessidade especial), com isso, se agregou valor tanta às pessoas com deficiência quanto às demais pessoas.

Nesta mesma época, segundo Sasaki (2003), surgiu uma série de expressões como “alunos especiais”, “crianças especiais”, “pacientes especiais” com intuito de minimizar os efeitos da palavra “deficiente”, já que se tratava da forma reduzida do termo “Pessoas com necessidades especiais”. Porém, não foi aceito para designar um segmento populacional, já que o adjetivo “especial” não se aplicava exclusivamente as pessoas com deficiência.

Atualmente, o termo “pessoas com deficiência” tem sido amplamente defendido, uma vez que as pessoas que se encontram nessa condição alegam que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser tratadas desta maneira. Em 2000 na cidade de Recife, por exemplo, ocorreu um “Encontrão” de Organizações que defendem os direitos da pessoa com deficiência, juntamente com os próprios, pedindo a adoção definitiva do termo com os valores agregados a ele, o empoderamento da pessoa com deficiência para que possa tomar suas próprias decisões e contribuir para mudanças efetivas na sociedade em direção a inclusão de todos, independente de apresentar deficiência ou não (SASSAKI, 2003).

Em análise, o primeiro elemento a ser observado na construção do conceito é a expressão que se refere ao impedimento de “longo prazo”, deixando subtendido que a deficiência não precisa ser somente de caráter permanente, levando em consideração que a medicina, junta-

mente com outras ciências, apresenta constantes descobertas que podem mudar a condição da pessoa com deficiência, de modo total ou parcial, no sentido de melhora e/ou reabilitação, procurando, assim, minimizar os efeitos da deficiência sobre o indivíduo. Desta maneira, leva-se em consideração que o tempo “longo prazo” é aquele que, mesmo temporariamente, interfere na capacidade do indivíduo de exercer suas funções física, mental, intelectual ou sensorial que interferem diretamente no exercício pleno de interação social.

Assim, para facilitar a compreensão das características próprias de cada deficiência, o Guia dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) estabelece os seguintes conceitos: Deficiência física; Deficiência intelectual; Deficiência visual; Deficiência auditiva; Deficiência múltipla e Pessoa com mobilidade reduzida.

**Deficiência intelectual:** É aquela que apresenta funcionamento intelectual abaixo da média, com manifestação antes dos dezoito anos, com limitações de uma ou mais áreas adaptativas (comunicação, sociabilidade, cuidado pessoal, habilidades acadêmicas, do lazer e do trabalho).

**Deficiência visual:** Aqueles que apresentarem um campo visual reduzido a um ângulo menor que 20°, ou seja, enxerga em torno de 20 metros, o grau de limitação visual é determinado usando-se a Tabela optométrica de Snellen, o espectro dessa tabela vai de 0 a 3. Sendo assim, os indivíduos com acuidade visual abaixo de 0,05 são considerados cegos.

**Deficiência auditiva:** Considera-se a perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB), aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

**Deficiência múltipla:** Quando apresenta a incidência de duas ou mais deficiências associadas.

**Pessoa com mobilidade reduzida:** É aquela que apresenta dificuldade de se movimentar, de caráter permanente ou temporário, causando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Porém, não é considerada deficiente.

## **ESPAÇO E SUAS DEFINIÇÕES**

Compreender o que vem a ser realmente o Espaço é muito importante, porém trata-se de uma tarefa muito difícil, pois este envolve elementos de ordem natural, social, material, não material e emocional. Um dos pioneiros nessa tentativa foi Aristóteles, que dizia que Espaço era a inexistência do vazio, e que o corpo servia de referência para os demais, num sentido de localização, dizia que era uma área preenchida de corpos. No século XVII Immanuel Kant dizia que para compreender o Espaço, a percepção era o elemento norteador, pois através dos sentidos percebemos que todas as coisas são dotadas de formas e dimensões, ou seja, que possuem uma realidade espacial e que o espaço seria um “pano de fundo” para a fixação dos corpos.

A Geografia por excelência é uma ciência que estuda os lugares e não os homens, e um importante estudioso do pensamento geográfico La Blache dizia que o Espaço é o ponto de intersecção entre o homem e a natureza, entendido como o local onde esses dois elementos se coabitam. Já, para Ratzel, o Espaço era considerado como indispensável e “vital” para o homem, influenciado pela política, dizia que à medida que seu “Espaço vital” fosse insuficiente para sua sobrevivência deveria buscar novos espaços no sentido de novas condições de trabalho, seja no aspecto natural e nos socialmente construídos.

Outro autor que se ocupou em definir Espaço foi Richard Hartshorne (1978) dizia que Espaço era somente um termo aplicado a um quadro abstrato, que não era real, mas que determinava uma área onde os fenômenos aconteciam se localizavam e correlacionavam. Para ele era uma questão de Espaço absoluto, onde os fenômenos e as coisas coexistiam.

Alguns autores também contribuíram de maneira significativa para a compreensão do conceito de Espaço, um deles Henri Lefebvre (1976) concebe que o Espaço é um produto da sociedade, resultante da reprodução das relações sociais de produção e que pode ser abordado de quatro maneiras: o espaço como forma pura; como produto da sociedade; como instrumento político e ideológico e Espaço apropriado, produzido e transformado pela sociedade. E dentro desse Espaço social destaca para sua melhor análise o Espaço percebido (ligado às experiências corporais e as espacialidades), o Espaço concebido (resultantes das relações de poder e ideais) e o Espaço vivido (união de experiência, cultura, corpo e imaginário na representação do espaço).

Também na sequencia dessa época Yi-Fu Tuan (1980) ressalta que para conceituar Espaço é importante se considerar os sentimentos e ideias de um povo em relação ao espaço e suas experiências. Para o autor existem vários tipos de espaço, o Espaço pessoal ou grupal, observado a partir a experiência vivida pelo o outro, o Espaço mítico-conceitual, também baseado na experiência, mas que vai ao encontro com as estruturas abstratas ultrapassando a evidencia sensorial e as necessidades imediatas.

Outro autor que contribuiu muito com seus estudos sobre essa temática foi o professor Roberto Lobato Corrêa (1982), para quem o espaço geográfico é onde o homem mora e isso abrange a superfície terrestre, em suas pesquisas considerou três abordagens sobre o espaço: o espaço absoluto (sendo o espaço em si); o espaço relativo (uma alusão às distancias); e o espaço relacional (sendo possível a existência do objeto em relação ao outro). Também diz que o espaço é social e não pode ser separado do tempo, pois os donos dos meios de produção sempre têm como objetivo o acúmulo do capital e com isso a reprodução da força de trabalho.

Nessa perspectiva social, o professor Ruy Moreira (1982) também diz que o espaço geográfico enquanto estrutura de relações é a expressão material visível da sociedade e isso ocorre por meio da socialização da natureza através do trabalho e por formas espaciais estruturadas, gerando uma formação sócio espacial que é denominada de expressão fenomênica do modo de socialização da natureza e a trama de formação econômico-social.

E um dos mais importantes geógrafos brasileiro, Milton Santos (1979), cita que a partir de uma determinada base territorial histórica concretizam-se os modos de produção, que por isso as formas espaciais constituem dessa maneira esses modos de produção. Para conceituar o espaço geográfico Milton Santos (2004, p. 153) diz que esse é

[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Segundo ainda Santos (1996) o espaço é compreendido por objetos, ações, emoções e razões. Os objetos tratam-se dos elementos materiais presentes no espaço e que são pensados e elaborados pelos os seres humanos, e como sujeitos principais representam as ações, emoções e razões e que por isso através de suas vivências levam a estruturação dos espaços e estes promovem a relação entre si e com a natureza.

## CONCEPÇÃO DE ESPAÇO NA LINHA DE PIERRE BOURDIEU E DEFICIÊNCIA

Segundo Pierre Bourdieu (1999), os seres humanos e as coisas ocupam um lugar tanto no espaço físico, quanto no espaço social. O espaço físico está ligado à localização, numa relação de exterioridade com os outros e o espaço social tem um indicativo de posição, ocorrendo uma distinção e exclusão de posições sociais. E nessa linha do tempo, começando pela era primitiva quando o homem resolveu viver em sociedade e os grupos de convívio foram se organizando, estes tiveram como característica marcante um comportamento nômade, onde se estabeleciam em uma determinada região e dali retiravam todos os recursos para a sua sobrevivência que era basicamente a caça e a pesca. Com isso, todos precisavam contribuir com essas tarefas do bem comum, e os indivíduos que apresentavam deficiência não conseguiam auxiliar nesse processo e por isso eram abandonados em ambientes perigosos, já que estes uma vez que esgotavam todos os recursos daquele local se dirigiam para outro (SILVA, 1987).

[...] o poder sobre o espaço que a posse de capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos” (BOURDIEU, 1999, p.160).

Para o autor ocorre um conflito a partir do momento que o espaço social se retraduz no espaço físico, porque o espaço reificado (objetivado fisicamente) aceita a relação de distribuição de agentes e dos bens no espaço.

O espaço social para Bourdieu apresenta campos, que são “os espaços sociais fisicamente objetivados” e nesses espaços os agentes são distribuídos de acordo com dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural, e estes criam as distancias espaciais que seria equivalente às diferenças sociais, produzindo campos sociais onde as posições sociais dos agentes se definem, gerando tomada de decisões e formando o seu “hábitus” (disposições espaciais).

E nesse contexto, para a pessoa com deficiência assumir a sua posição social perpassa pelo enfrentamento cultural, como por exemplo, na antiguidade, principalmente na Grécia (Esparta e Atenas) cultuava-se o belo e a perfeição do corpo, e a prática de atividade física fazia parte da educação dos jovens gregos e aqueles que não estavam dentro dos padrões esperados para um guerreiro eram sacrificados. Os indivíduos que apresentavam deficiência física e mental e não atendiam aos padrões de beleza eram considerados subumanos e por isso eram eliminados ou abandonados (SILVA, 1987).

Nessa época, de acordo com Silva (1987), a deficiência era considerada como algo causado por um agente externo ao indivíduo, podendo ser um castigo de Deus por não ter apresentado um comportamento íntegro, uma possessão de espíritos do mal ou também um desígnio de Deus, explicando de maneira simples como sendo uma vontade divina.

O Império romano também não considerava a pessoa com deficiência como sendo humano e com isso permitia o infanticídio dos portadores de monstruosidades e realizava a venda de deficientes em um mercado de escravos especiais, com o intuito de que eles fossem usados para divertir os convidados, surgindo aí a triste figura do “Bobo da corte”, que se tornava engraçado por suas limitações e dificuldades motoras e físicas (SILVA, 1987).

Portanto, ao mesmo tempo em que os diferentes campos criam concentrações também criam oposições. Tanto estruturas espaciais quanto mentais são gravadas nos agentes através do espaço social. E é nele que o poder exerce sua força de maneira mais sutil: da violência simbólica como violência despercebida.

Ainda para Bourdieu (1999) os lugares do espaço social reificado são resultantes de embates dentro dos diferentes campos e que isso proporciona ganhos que tomam a forma de localização que são analisados sob duas classes: Ganhos de posição ou de classe que se trata de ganhos simbólicos distintos e Ganhos de ocupação (ou acumulação) onde a posse do espaço tem uma intenção de manter a distância ou de excluir aqueles que são indesejáveis. Logo, dessa inter-relação de proximidade do espaço físico ao espaço social resulta em uma possibilidade de acumulação do capital social, e aqueles que não o possuem são mantidos a distância, seja no aspecto físico como no simbólico e não possuir nenhum dos dois tem como consequência aprisionamento dos agentes.

E nesse contexto, a pessoa com deficiência, até então, excluída da condição social, a partir da Idade Média e com o advento do cristianismo sai da condição de subumano e ganha status de humano, considerado possuidor de alma e por isso criatura “filha de Deus”, e por esse motivo ficou proibido o seu extermínio e abandono, pois isso era contra os desígnios de Deus. E por se tratar de um ser improdutivo deveria ficar sob a custódia da família, e uma vez que estas não tivessem como mantê-lo eram acolhidas em conventos e igrejas, mas sem nenhuma evidência de esforço específico e organizado para o acolhimento, proteção ou tratamento (SILVA, 1987).

O que caracteriza como um ganho de posição social, porém somente no campo simbólico, uma vez que não poderia mais sofrer com o abandono e a morte o deficiente ainda não pode ocupar socialmente o seu lugar de maneira efetiva, pois na condição de humano ainda sim o mantiveram excluído e trancafiado em ambientes isolados da sociedade.

Nesse momento também se registrou o surgimento da primeira Instituição para pessoas com deficiências; se tratava de uma colônia agrícola na Bélgica que tinha como base para o tratamento e a recuperação dos deficientes a boa alimentação, exercícios físicos e o ar puro, acreditando que esses poderiam minimizar os efeitos da deficiência nos indivíduos. Outro relato da época foi à criação da primeira Legislação sobre a pessoa deficiente, onde o rei passava a ser o responsável pelos cuidados e sobrevivência do deficiente, porém aqueles que possuíam bens tinham que entregar tudo ao mesmo como forma de pagamento.

Segundo Silva (1987) a partir do século XII a Igreja criou um grupo de Instituições dentro do seu Sistema Jurídico que tinha como objetivo combater a heresia, que foi chamado de In-

quisição Medieval, e todos que iam contra os dogmas da Igreja Católica Romana eram julgadas por um tribunal e acabavam assassinadas. E nessa trajetória o deficiente foi considerado como aquele que trazia no corpo o sinal do pecado e que por isso foi dado a ele a oportunidade de passar por uma prova de expiação. A deficiência foi considerada um fenômeno metafísico e espiritual, e colocada mais uma vez como desígnios divinos, uma possessão do demônio e um sinal da presença do pecado na sociedade.

No século XVI<sup>1</sup> A Igreja católica passou por uma forte crise, e com isso o Protestantismo ganhou força e também as novas religiões surgidas na Europa como o Calvinismo e o Luternismo. Para frear o fortalecimento do Protestantismo o Papa Paulo III convocou um concílio que buscasse manter a hegemonia católica e através deste foram tomadas várias decisões, entre elas o retorno da inquisição que tinha como objetivo vigiar, perseguir e punir aqueles que não estavam seguindo a doutrina católica. Muitos foram perseguidos e punidos pelo Tribunal do Santo Ofício, integrantes de outras religiões, protestantes, judeus e os deficientes considerados o “bode expiatório” dos males sociais e a eles foram imputadas atitudes de intolerância e punição através de confinamentos e castigos severos.

A queda da hegemonia católica se dá a partir do século XVII com o surgimento de novas ideias sobre o homem e a sociedade e que através de Movimentos sócio-políticos denominados de Revoluções burguesas, conseguem derrubar as monarquias absolutas e as propriedades da nobreza e transformaram o sistema de produção em um Sistema de capitalismo mercantil e com isso ocorre à formação dos Estados modernos e institui-se a divisão social do trabalho surgindo às figuras dos donos do meio de produção e os operários, desarticulando a mão de obra escrava e colocando o deficiente na questão de um problema social.

Surge uma nova concepção de homem nessa nova sociedade, e ele passa a ser visto de forma dicotômica, a natureza humana é dotada de uma porção concreta e uma abstrata (corpo e alma) e na sua condição humana o deficiente não poderia ser mais sacrificado, mas para esse novo sistema Capitalista deficiência significava indivíduos não produtivos que oneravam a sociedade. E na tentativa de reverter essa situação e “concertar” o deficiente recorreu-se a expedientes como a magia e a alquimia como formas de tratamento, e os deficientes são usados como cobaias em uma tentativa vã de trazê-los a “normalidade”.

E para Bourdieu (1999) a proximidade espacial não é suficiente para a aproximação social, que a ocupação legítima de um lugar se dá a partir de uma ocupação prolongada, e um estabelecimento de relações com a cultura, com os hábitos e com linguagem própria do local, e isso leva a institucionalização de um capital social. Contudo, se não foi dada a oportunidade ao deficiente de estabelecer essas relações, tão pouco foi possível acumular um capital social.

O autor também argumenta que o espaço apresenta uma série de condições para que aqueles que o ocupam se sintam como integrantes reais, e elas vão do comportamental ao ideológico e que exige uma tomada de posse do capital cultural, econômico e social e isso faz com que ocorra uma associação durável de coisas e pessoas. E aqueles que não possuem uma propriedade desejada são excluídos ou até possuem, mas não atende as exi-

---

1 Informações retiradas: SILVA, O. M. *A Epopeia ignorada* (A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje). São Paulo: CEDAS, 1987.

gências. Com isso os lugares podem consagrar simbolicamente ou degradar por completo seus habitantes.

Simbolicamente a pessoa com deficiência física tem sido degradada nos lugares, uma vez que não consegue se inserir no espaço como parte integrante da sociedade, e mesmo na era moderna e contemporânea enfrenta os mesmos problemas de exclusão social, porém de maneira institucional, onde são retirados das suas comunidades de origens, colocados em instituições segregadas, distantes de suas famílias e muitas vezes em isolamento absoluto da sociedade.

Contudo, essa era contemporânea é dotada de possibilidades tecnológicas que podem diminuir o isolamento das pessoas, mas a falta de acessibilidade na cidade e locais públicos também pode representar um obstáculo para que as pessoas com deficiência física tenham acesso às novas tecnologias, pois ao menos que tenham computador em casa, o que não é a realidade da maioria dessa população, essas pessoas enfrentam problemas no acesso a locais que oferecem esse tipo de tecnologia.

Fala-se em inclusão onde se busca garantir a pessoa com deficiência física a condição de existência o mais próximo do “normal” possível, ou seja, fazendo com que o Princípio da igualdade estabelecido pela Constituição federativa do Brasil (1988) não permaneça somente no campo da Lei, mas que seja garantido a essas pessoas o acesso à educação, saúde, formação profissional, recursos humanos, edificações e acessibilidade, de maneira que possam integrar-se a sociedade e estabelecer uma relação harmoniosa baseada na dignidade, respeito, compreensão, paciência, empatia e educação para o convívio com as diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico é resultado das relações que são estabelecidas nele, variando nos seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Todas as ações produzidas pelo homem em um determinado local trazem consigo interesses relacionados ao poder, a cultura e a própria história. E normalmente acontecem enfrentamentos pelo poder nesses locais que geram impactos nesse espaço e na medida da passada do tempo vão se constituindo em produção de espaços. Sendo assim, as relações sociais vinculadas ao espaço e tempo resultam na produção do espaço geográfico.

Portanto, nesse jogo de interesses ocorre uma série de conflitos espaciais, onde a questão simbólica e cultural podem ser elementos de impedimento para a apropriação do espaço e isso se faz evidente no decorrer da história das civilizações que a não aceitação das diferenças existentes entre os seres humanos e aqueles “diferentes” como os deficientes foram abandonados, punidos, usados, discriminados e excluídos e que ainda não tiveram efetivamente a chance de através de suas vivências construir seu espaço social e estabelecer relações com as outras pessoas e com a própria natureza.

Também se pode pensar que os diferentes dramas existenciais levam a diferentes tipos de representações do sujeito com deficiência que pode representar a si próprio a partir de uma vida autônoma e participativa ou, da marginalização e segregação. Assim, pode-se pensar que uma mulher com deficiência possui dramas diferentes de um homem com deficiência; o caso

de alguém ser pobre e possuir algum tipo de deficiência pode ter significado totalmente diferente no caso de alguém ser rico e possuir algum tipo de deficiência.

O que se aponta aqui, pelas reflexões estabelecidas é que o fenômeno da deficiência possui várias dimensões e significados. Na sociedade pessoas com deficiência em seus diferentes contextos sociais, enfrentam distintos níveis de dificuldades e experimentam vários níveis de inclusão/exclusão social.

## REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, Pierre. *Efeitos de lugar*. In: A miséria do mundo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
2. CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço geográfico: algumas considerações*. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
3. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Guia dos Direitos das Pessoas com Deficiência*. OAB – SP, 2006.
4. HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
5. LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Polttica*. Barcelona: Península, 1976.
6. MOREIRA, Ruy. *Repensando a Geografia*. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
7. SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
8. SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
9. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
10. SASSAKI, Romeu. *Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo, RNR, 2003. p. 12-16.
11. SILVA, Oto Marques da. *A Epopeia ignorada (A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje)*. São Paulo: CEDAS, 1987.
12. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.